

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2012/SMS/DRCAA

DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA NO SUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO, a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990; CONSIDERANDO, a Lei nº 8.666, de 27 de julho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 150, de 12 de março de 2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Itajaí; CONSIDERANDO, a Lei nº 3.366, de 14 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Auditoria, RESOLVE:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Os órgãos municipais integrantes do SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA (SMS/SUS), deverão cumprir os procedimentos e determinações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 2º - Para entendimento desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Regulação: função de fortalecimento da capacidade de gestão que institui ao poder público o desenvolvimento de sua capacidade sistemática em responder às demandas de saúde em seus diversos níveis e etapas do processo de assistência, de forma a integrá-la às necessidades sociais e coletivas. A regulação da assistência tem como objetivo principal promover a equidade do acesso, garantindo a integralidade da assistência e permitindo ajustar a oferta assistencial disponível às necessidades imediatas do cidadão, de forma equânime e ordenada.

II - Controle: consiste no monitoramento de processos (normas e eventos) para verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e detectar situações de alarme que requeiram uma ação avaliativa, detalhada e profunda.

III - Avaliação: identificação quantitativa e qualitativa dos resultados (impactos) obtidos pelo SUS em relação aos objetivos fixados nos programas de saúde e na adequação aos parâmetros de qualidade, resolutividade, eficiência e eficácia estabelecidos pelos órgãos competentes do SUS.

IV - Auditoria: exame sistemático e independente dos fatos pela observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas de uma atividade, elemento ou sistema para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas. A auditoria, por meio da análise e verificação operativa, possibilita avaliar a qualidade dos processos, sistemas e serviços e a necessidade de melhoria ou de ação preventiva/corretiva/saneadora. Tem como objetivo propiciar ao gestor do SUS, informações necessárias ao exercício de um controle efetivo, e contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento das ações de saúde.

V - Acompanhamento: processo de orientação no qual o orientador, mediante contato com o processo, acompanha o desenvolvimento de determinada atividade.

VI - Fiscalização: consiste em submeter à atenta vigilância, a execução de atos e disposições da legislação pelo exercício da função fiscalizadora.

VII - Irregularidade – caracteriza-se pela não observância dos princípios da legalidade, moralidade e/ou economicidade, existência de desvio de finalidade, ou seja, fora das ações e dos serviços de saúde, ou outras ocorrências que resultem em prejuízo ao Erário.

DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA

Art. 3º - O Sistema Municipal de Auditoria exercerá sobre as ações e serviços desenvolvidos no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde), as atividades de Auditoria Técnica, Contábil, Financeira e Patrimonial, e ainda as atividades de:

I – Regulação, controle, avaliação, auditoria, acompanhamento e fiscalização dos prestadores de serviços de saúde contratualizados com o SUS no território do município.

II - Controle e auditoria dos recursos transferidos pelos Fundos Nacional e Estadual ao Fundo Municipal de Saúde.

III – Avaliação da estrutura e dos processos aplicados na oferta de serviços

de saúde pelo Gestor Municipal do SUS, a fim de aferir sua adequação aos critérios e parâmetros exigidos de eficiência, eficácia e efetividade.

IV – Auditoria interna, a fim de analisar os procedimentos praticados por unidades de saúde, policlínicas e centros de referência pertencentes ao Município de Itajaí, mediante exame analítico e operacional.

V – Controle e avaliação dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar.

VI – Análise de desempenho e qualidade dos serviços do Sistema Único de Saúde em nível local, bem como sobre os processos de referência e contra-referência adotados nas unidades, policlínicas e centros de referência do município.

VII – A verificação e análise de autorizações de internações e de atendimentos ambulatoriais.

VIII – A verificação e análise de procedimentos médicos relacionados a procedimentos de média e alta complexidade, e o encaminhamento de relatórios específicos e pareceres conclusivos aos órgãos de controle interno e externo, em caso de irregularidades sujeitas a sua apreciação.

IX - Demais atribuições previstas pelo Sistema Nacional e/ou Estadual de Auditoria no âmbito do SUS.

Art. 4º - Os órgãos do Sistema Municipal de Auditoria tem sua jurisdição no Município de Itajaí, sobre todos os atos, despesas, investimentos e obrigações verificados no âmbito do SUS ou alcançados pelos recursos a ele vinculados, abrangendo:

I - Pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atuem na área da saúde, sujeitos ao controle e fiscalização do SUS;

II - Aqueles que derem causa, perda ou outra irregularidade de que resulte dano aos Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde;

III - Todos aqueles que devam prestar contas ao SUS, ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição da lei.

Art. 5º - Os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Auditoria, realizarão auditoria de forma contínua e permanente no âmbito do SUS, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas do Estado e da União, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS, e pelo órgão de Controle Interno do Município de Itajaí.

§ 1º - O Sistema Municipal de Auditoria será composto de servidores efetivos, médicos, odontólogos, enfermeiros, farmacêuticos-bioquímicos, fisioterapeutas, contadores, economistas, bacharéis em direito, técnicos administrativos, especialistas em auditoria do SUS, em direito público e gestão do SUS, designados através de portaria pelo Secretário Municipal de Saúde para o exercício das respectivas funções.

§ 2º - Os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Auditoria ficarão subordinados ao Secretário Municipal de Saúde, gerenciados por um servidor designado através de portaria, para a coordenação dos processos de auditoria instaurados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - Observadas a Constituição Federal e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compete ao Sistema Municipal de Auditoria verificar:

- I** - As ações e serviços do Sistema Único de Saúde;
- II** - Os serviços de saúde no Município de Itajaí, contratados e conveniados, públicos e privados;
- III** - A regularidade na utilização dos recursos financeiros sob a gestão do Fundo Municipal de Saúde e os serviços conveniados e/ou contratados.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão gestor do SUS em nível local, compete:

- a** - Estabelecer diretrizes e normas sobre os procedimentos, ações e atividades no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Auditoria;
- b** - Analisar recursos decorrentes de conclusões de processos relativos a auditoria;
- c** - Designar servidores para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

§ 2º - Compete a área de auditoria de serviços de saúde, da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, órgão integrante do Sistema Municipal de Auditoria:

- a** - Cumprir e fazer cumprir no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, as

ações e normas de auditoria no SUS em nível local, de acordo com o Sistema Nacional e Estadual de Auditoria;

b - Proceder a auditoria em instituições integrantes do SUS;

c - Definir os programas e cronogramas de auditorias;

d - Encaminhar os Relatórios de Auditoria;

e – Organizar e manter arquivados os processos de auditoria do SUS, num prazo mínimo de 05 (cinco) anos;

f - Receber denúncias de terceiros, inclusive dos meios de comunicação, sobre a assistência prestada pelo SUS, comunicando ao denunciante o resultado final da apuração;

g - Elaborar planos de trabalho em auditoria;

h - Orientar as instituições integrantes do SUS contratualizadas, sobre a legislação específica do SUS, bem como examinar o cumprimento das normas pertinentes;

i - Sugerir providências ao Gestor Municipal do SUS, quanto a aplicação de penalidades sobre contratos, convênios ou outro instrumento de ajuste;

j - Zelar pela estrita observância dos princípios que regem a Administração Pública, a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência;

l - Avaliar o desempenho quantitativo e qualitativo dos serviços assistenciais de saúde públicos e privados contratualizados com o SUS;

m – Realizar auditoria interna nas unidades, policlínicas, centros de referência e demais órgãos pertencentes a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde

n - Apuração de processo administrativo, quando detectada em auditoria a existência de irregularidade que resulte dano ao erário, provocado por entidades contratadas ou conveniadas, ou por servidores ou pessoa que, agindo nessa qualidade, tenham causado ou contribuído para o dano;

o - Supervisionar a qualidade e o padrão da rede hospitalar e ambulatorial vinculadas ao SUS, visando o bom nível de assistência a ser prestado aos usuários do SUS;

p – Analisar a produção entregue pelos prestadores, antes de seu lançamento no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS);

q - Desenvolver outras atividades inerentes a auditoria de serviços de saúde.

Art. 7º - Compete ao Secretário Municipal de Saúde:

- I** – Determinar através de ato administrativo, a abertura de processos de auditoria;
- II** - Suspender, quando for o caso, a prestação de serviços ao SUS, de prestador contratado ou conveniado, até a correção da irregularidade apontada pela auditoria;
- III** - Rever suas próprias decisões em despacho fundamentado;
- IV** - Aplicar penalidade de rescisão de contrato/convênio e outros ajustes, conforme recomendação no processo de auditoria, respeitadas as disposições legais;
- V** - Apreciar pedido de revisão de processo de auditoria quando necessário;
- VI** - Declarar inidônea a pessoa física ou jurídica que tiver praticado procedimentos que causem prejuízos ao erário público e/ou dano a saúde do usuário do SUS, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Art. 8º - Ao servidor designado para desenvolver atividades de auditoria de serviços de saúde, compete:

- I** - Realizar, de acordo com as normas e roteiros específicos, as auditorias, elaborando relatório fundamentado legalmente;
- II** - Manter os superiores informados sobre o andamento dos processos de auditoria sob sua responsabilidade;
- III** - Sugerir e fundamentar a imposição de penalidade ao prestador, contratado ou conveniado com o SUS
- IV** - Preencher com clareza e fidelidade os roteiros de auditoria, bem como os demais documentos que irão compor o processo de auditoria;
- V** - Realizar auditoria nos órgãos de saúde do próprio município e nas demais instituições contratadas e conveniadas com o SUS.

Parágrafo único - É vedado ao servidor designado para os trabalhos de auditoria:

- a** - Auditar qualquer prestador sem autorização da autoridade competente;
- b** - Auditar ou fiscalizar entidade onde preste serviço na qualidade de autônomo ou empregado;

c - Ser proprietário, dirigente, acionista, sócio quotista, funcionário ou participante, sob qualquer forma, de entidade que preste serviço ao SUS.

DA AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 9º - Os trabalhos de auditoria serão desenvolvidos da seguinte forma:

I - Analítica: consiste na análise de documentos comprobatórios da assistência prestada (laudos, relatórios gerenciais, banco de dados etc.), sendo peça fundamental para o processo de auditoria.

II - Operativa: consiste na avaliação do atendimento às normas e diretrizes do SUS, realizada junto aos gestores e prestadores, mediante verificação "*in loco*" de documentação, laudos pertinentes ao serviço, prontuários e outros documentos.

§ 1º - As auditorias serão objeto de relatório de natureza sigilosa. Os auditores deverão emitir relatório parcial, sem prejuízo ao relatório final, que será apresentado, quando concluído o processo de auditoria.

§ 2º - A apresentação dos relatórios finais de auditoria serão da seguinte forma:

a - O relatório depois de elaborado e examinado, será encaminhado ao servidor responsável pela coordenação dos trabalhos de auditoria, que o analisará e o apresentará à Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

b - Será encaminhada uma cópia do relatório de auditoria ao órgão ou à instituição auditada;

§ 3º - O relatório deverá conter a análise e avaliação relativas aos seguintes aspectos:

a - Falhas, irregularidades ou ilegalidades constatadas, indicando as providências necessárias para sua correção;

b - Irregularidades ou ilegalidades que resultaram em prejuízo, indicando as medidas a serem implementadas com vistas ao pronto ressarcimento ao erário público/Fundo Municipal de Saúde;

c - Recomendações ao Gestor Municipal do SUS sobre a aplicação das penalidades previstas.

d – Fundamentação legal (Legislações utilizadas como referência).

Art. 10 – Na formalização do processo de auditoria, deverá ser observado os seguintes procedimentos:

I - Abertura do processo de auditoria através de ato administrativo do Secretário Municipal de Saúde;

II – Juntar documentação pertinente, que fará parte do processo de auditoria;

III – Operacionalização da auditoria;

IV - Todas as informações registradas nos autos do processo, bem como despachos e manifestações, deverão ser registradas em folhas separadas, e os espaços em branco deverão ser inutilizados com a expressão "em branco";

V - Ao prestar informações nos autos, o informante subscreverá após assinatura, o seu nome completo, o número de sua matrícula e o cargo que ocupa, além de observar a respectiva numeração das folhas.

Art. 11 – Após a abertura do processo de auditoria, o auditado será informado sobre o processo e, deverá, obrigatoriamente, prestar todas as informações necessárias às equipes de auditoria, bem como fornecer/apresentar os documentos solicitados pela Gestão Municipal do SUS, através da área de auditoria.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 12 – A equipe de auditoria recomendará ao Gestor Municipal do SUS, a aplicação de sanções aos prestadores de serviços de saúde do SUS, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa:

a - Advertência escrita;

b - Suspensão temporária da prestação de serviços ao SUS;

c - Rescisão do contrato, convênio ou outro ajuste;

d - Suspensão temporária de contratar com o SUS;

e - Ressarcimento aos cofres públicos.

§ 1º - Os agentes públicos que, comprovadamente, tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, e delas deixarem de dar ciência ao Gestor Municipal do SUS, ficarão sujeitos às sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º - Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o SUS, às circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

§ 3º - Sempre que apurado débito do prestador ao erário público, será determinado ao responsável legal, o ressarcimento do valor atualizado ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 - Cabe advertência em faltas que não constituírem dolo ou que não implicarem em prejuízo direto ao usuário do SUS, nem em ato lesivo ao erário público, apenas caracterizando negligência gerencial.

Art. 14 - Cabe suspensão temporária do credenciamento do SUS, ou da prestação de serviços, naquelas ações que resultem em danos pecuniários, ou que infringirem as normas reguladoras do Sistema Único de Saúde, de natureza operacional, administrativa ou contratual, ou ainda que levarem prejuízos à assistência do usuário.

§ 1º - A suspensão temporária, de que trata este artigo, é da competência do Secretário Municipal de Saúde, e estará condicionada até que o prestador corrija a irregularidade específica ou omissão à norma reguladora do SUS.

§ 2º - Cabe ainda, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Municipal, quando a infração for decorrente de violação culposa do ajuste pelo prestador de serviços ao SUS.

Art. 15 - Constituem motivos para rescisão do contrato/convênio ou outro ajuste:

- I - O não cumprimento de cláusulas contratuais;
- II - O atraso injustificado no início do serviço;

III - A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Gestão Municipal do SUS;

IV - O não atendimento das determinações regulares dos servidores designados para acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços executados;

V - Razões de interesse público justificadas e determinadas pelo Gestor Municipal do SUS;

VI - Nos casos enumerados nos incisos VI, IX, X, XI, XIV, XV e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Parágrafo único - A rescisão do contrato, convênio ou outro ajuste, será determinada pelo Gestor Municipal do SUS, e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, tudo com vista ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, em especial ao seu artigo 79.

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 16 - O direito de defesa do interessado nos processos é assegurado através de:

I - Vista dos autos ou cópia de peça concernente ao processo de auditoria, mediante expediente dirigido à Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

II - Permissão ao interessado de apresentação de documentos e ou alegações escritas, mediante pedido por escrito, dirigido à Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 17 - Os atos administrativos estarão sujeitos aos seguintes recursos:

I - Reconsideração - é o pedido de reexame do ato à autoridade que o emitiu, e será formalizada uma única vez, sendo apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida, observando o prazo de 15 dias para formalizar a solicitação.

II - Recurso hierárquico - é o pedido de reexame do ato dirigido à autoridade

superior à que proferiu o ato, observando o prazo de 30 dias para formalizar a solicitação.

III - Revisão - é o recurso onde o interessado punido pede reexame da decisão em caso de fatos novos demonstrarem a improcedência da denúncia, observando o prazo de 30 dias para formalizar a solicitação.

Parágrafo único - Julgado procedente, qualquer um dos recursos previstos nos incisos I, II, e III do art. 17, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do interessado.

DO RESSARCIMENTO AOS USUÁRIOS E AOS COFRES PÚBLICOS

Art. 18 – O usuário será ressarcido quando devidamente comprovada a cobrança por prestador de serviço, a usuários do SUS, a título de complementaridade, devendo solicitar ao Gestor Municipal do SUS medidas junto ao prestador, visando à restituição dos valores cobrados de acordo com o parágrafo único do art. 42 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e fundamentado no art. 197 da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei nº 8.080/90.

Art. 19 – O Fundo Municipal de Saúde será ressarcido quando, no processo de auditoria, for devidamente comprovada a prática de atos ilegais ou ilegítimos por parte do prestador de serviços, aplicando as atualizações monetárias e demais medidas previstas na legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Quando forem detectadas irregularidades ou distorções em unidades assistenciais próprias do município, a área de auditoria da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, promoverá as medidas saneadoras, em consonância com a legislação vigente, buscando a apuração das responsabilidades dos agentes públicos.

Art. 21 – Durante os trabalhos de auditoria forem detectados problemas de natureza ética, podendo caracterizar imperícia, imprudência ou negligência, deverão ser comunicados às respectivas entidades de classes, pela Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

Art. 22 - Os casos omissos e dúvidas surgidas na aplicação desta Instrução Normativa, serão dirimidas através da consulta a legislação estadual e/ou federal pertinente ao assunto, devendo serem aplicadas juntamente com este ato normativo.

Art. 23 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Itajaí, 16 de abril de 2012.

SÉRGIO COELHO DE SOUZA LIBERATO

Secretário Municipal de Saúde

<p>Este texto não substitui o publicado no Jornal Oficial do Município, edição nº 1095, de 25 de abril de 2012.</p>
--